

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 002/2025

**“ALTERA O INCISO VI, DO ART. 90 DA
RESOLUÇÃO Nº. 014/2016, DE 17 DE
NOVEMBRO DE 2016, QUE “DISPÕE
SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO”,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino-MG, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprova e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O inciso “VI”, do artigo 90 da Resolução n.º 014/2016, de 17 de novembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 90 (...)


VI- Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, Assistência Social, Segurança Pública e do Direito das Pessoas com Deficiência:

- a) assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania;*
- b) tratamento dispensado às questões dos posseiros, dos sem-terra, dos migrantes e dos sem-casa;*
- c) preservação e proteção da cultura popular e étnica;*
- d) assuntos relativos à família, mulher, criança, adolescente, idoso;*
- e) grupos sociais minoritários;*
- f) desenvolvimento e assistência social;*
- g) implantação de centros comunitários;*
- h) segurança pública;*
- i) matéria referente à defesa do consumidor;*
- j) comercialização de bens e prestação de serviços;*
- k) articulação com órgãos públicos e entidades civis que, direta ou indiretamente, que atuam no campo da defesa do consumidor;*
- l) política de transporte, abastecimento, armazenamento e distribuição dos alimentos;*
- m) Questões que direta ou indiretamente afetem ou restrinjam a acessibilidade e os direitos da pessoa com deficiência (compreendendo qualquer restrição física, intelectual, visual,*

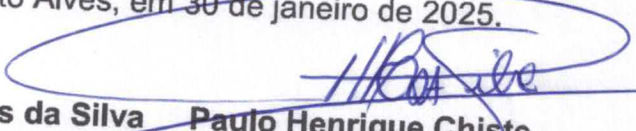
auditiva, sensorial de natureza permanente ou transitória, ou de qualquer outra necessidade especial);
n) Questões afetas ao cumprimento dos dispositivos Constitucionais, da Lei Orgânica e da legislação de modo geral, os quais asseguram os direitos da pessoa com deficiência;


Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões Vereador Antônio Olinto Alves, em 30 de janeiro de 2025.


**Carlos Augusto
Honório
Vereador- NOVO**


**Nelson Lopes da Silva
Vereador-
Republicanos**


**Paulo Henrique Chiste
da Silva
Vereador- União**


**Vânia Aparecida Vieira
Couto
Vereadora- Podemos**



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

JUSTIFICATIVA

Submetemos a apreciação e deliberação do soberano plenário desta Casa de Leis, o presente Projeto de Resolução que tem por objetivo promover alterações na Resolução nº. 014/2016, de 17 de novembro de 2016, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro Fino."

A presente alteração consiste na modificação do inciso "VI", do artigo 90, que dispõe sobre o nome e competência da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Assistência Social.

Através da presente proposta pretendemos, primeiro, renomear a comissão para que seja inserida as expressões "Segurança Pública e Direito das Pessoas com Deficiência", uma vez que a comissão em questão também tem competência de atuação em tais matérias. Assim, com a sugerida alteração a Comissão passará a ter a seguinte denominação: "Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, Assistência Social, Segurança Pública e do Direito das Pessoas com Deficiência".

A segunda alteração consiste em retirar a expressão "portador de deficiência", posto que o termo correto é "pessoa com deficiência" ou "PcD". Na mesma alteração, deixamos um pouco mais abrangente a matéria relacionada aos direitos das pessoas com deficiência, acrescentando, portanto, as alíneas "m" e "n", com o seguinte texto:

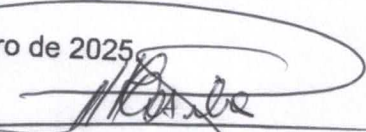
- m) Questões que direta ou indiretamente afetem ou restrinjam a acessibilidade e os direitos da pessoa com deficiência (compreendendo qualquer restrição física, intelectual, visual, auditiva, sensorial de natureza permanente ou transitória, ou de qualquer outra necessidade especial);
- n) Questões afetas ao cumprimento dos dispositivos Constitucionais, da Lei Orgânica e da legislação de modo geral, os quais asseguram os direitos da pessoa com deficiência;


Por tais razões, propomos o presente projeto e contamos com sua aprovação pelos nobres colegas vereadores.

Sala das Sessões Vereador Antônio Olinto Alves, em 30 de janeiro de 2025


Carlos Augusto Honório
Vereador- NOVO


Nelson Lopes da Silva
Vereador- Republicanos


Paulo Henrique Chiste da Silva
Vereador- União


Vânia Aparecida Vieira Couto
Vereadora- Podemos